

Bom, houve o episódio, houve essa situação, esse incêndio. Eu não gosto de falar de acidente porque pode parecer que não há responsabilidade de ninguém e há, não é isso, uma tragédia, o que nos levou a novas fiscalizações no local. E conseguimos dentro dessa ação civil pública a adequação, posterior ao evento, do alojamento atual. Então, pelos bombeiros, por todas as equipes de fiscalização, hoje, o espaço que o Flamengo oferece aos jovens atletas está adequado. Bem como está adequado todo o serviço que prestam no que diz respeito ao convívio com a família, ao convívio social, à educação, etc. Evidentemente que nós continuamos fiscalizando toda essa situação; tínhamos até para ontem uma fiscalização agendada, mas, como já era do conhecimento do Flamengo que nós iríamos lá, nós resolvemos marcar para outra data porque preferimos fazer essas fiscalizações sem aviso.

Então, eu acho que, considerando que o bojo dessa CPI vai além desse episódio trágico, é muito importante que essa conscientização de uma legislação, de uma ausência de legislação específica para esses meninos que moram ali longe de seus pais, isso fique muito claro. Porque até hoje a gente tem dificuldade de compreender o seguinte, o Flamengo é o guardião de fato desses adolescentes? Sim, mas a instituição Flamengo não pode exercer a guarda de ninguém. Quem exerce a guarda? É o presidente, é o vice-presidente, é o monitor ou o educador? E isso nos traz uma série de outros enaves e responsabilizações, então, isso precisa ser enfrentado, nós estamos apontando para essa necessidade há muito tempo. Com essa regulamentação, sem dúvida, todos os CTs do Brasil serão fiscalizados com regularidade. Nós, aqui do Rio, enquanto não existe essa regulamentação, nós aplicamos a esses locais, aí a partir de 2013, as normas referentes ao acolhimento institucional, que é quando a criança ou o adolescente afastado da sua família por razão de uma situação de vulnerabilidade é colocado no abrigo. É totalmente diferente, porque o Pablo não foi afastado da família, ele foi para lá com autorização da família buscando melhores condições de vida, buscando a sua profissionalização. Então, nós aplicamos regras que não são perfeitamente adequadas ao caso, mas aplicamos para quê? Para garantir que haja essa fiscalização.

E outra coisa que eu reputo muito importante é o seguinte, diz a Constituição que é dever de todo mundo proteger crianças e adolescentes e nessa relação de proteção, a gente vê um enfraquecimento muito grande da família e da sociedade, o estado é que acaba decidindo aquilo, aquilo outro, tira daqui, põe ali. A gente precisa conscientizar a sociedade que ela precisa se empoderar e ajudar o poder público. As famílias, como foi dito pelo deputado, hipossuficientes econômica e socialmente, precisam ser empoderadas. A gente tem que acabar com a relação de que um clube, de que uma superloja, uma grande marca é mais do que aquele funcionário, aquele atleta ali; e por isso pode mais. Não. A família daquele jovem, daquela criança tem que saber que pode falar e tem que saber a quem falar. A sociedade, e aí eu digo: o profissional da educação, o médico tem que saber fazer a denúncia porque a gente carece de informação.

Então, todo o início da fiscalização do Flamengo se deu em virtude do óbito de um jovem em outro clube, não foi por uma legislação específica, não foi por uma denúncia específica. Acho que é muito importante que faça parte dessa conclusão dessa CPI um processo de empoderamento familiar, de empoderamento social; as pessoas têm que saber que a fala dela será observada, notadamente na área da infância e juventude, onde a gente tem que atuar numa mera possibilidade de lesão de direito, a gente não tem que esperar que o direito seja lesado. Basta a possibilidade de lesão, basta a ameaça.

Então, é esse recado que eu queria dar; e passo a palavra ao dr. Pedro, que tem maiores informações sobre o inquérito policial.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não, doutor.

O SR. PEDRO - Em primeiro lugar, eu queria agradecer aí o convite feito pelo Ministério Público, por essa CPI, para a gente participar dessa sessão e a gente não poderia deixar de iniciar minha palavra e minha solidariedade para as famílias. Quando me perguntaram sobre a maior complexidade desse caso me parece que é a dor e o sofrimento das famílias, faz com que seja enfim, um caso especial e um caso complexo. Existem técnicas, por outro lado, justamente para lidar com episódios mais dolorosos e essas técnicas foram desenvolvidas em outros países, nos Estados Unidos, por exemplo, para lidar com o 11 de setembro; e nós já tínhamos utilizados em outros episódios aqui no Brasil, por exemplo, no caso da Air France; em outros casos como no acidente do bonde de Santa Teresa, em episódios ligados também a acidentes da Supervia e Cdae.

Então, diante desse episódio, o clube procurou o Ministério Público logo em seguida, indicando que tinha interesse me resolver a questão de uma maneira abrangente e cuidar de suas responsabilidades. E nós, na semana seguinte, iniciamos com o clube um programa para desenvolver um projeto de desenho de soluções de disputas, seguindo essa técnica. Montamos junto com o Ministério Público do Trabalho, com a Defensoria uma câmara de conciliação e tivemos ali contatos com o clube, tratativas entre o dia 12 e 19 de fevereiro. É importante deixar claro que o objetivo de fazer esse processo era uma alternativa extrajudicial que de fato lidasse com a dor, com o sofrimento e que acolhesse as famílias num ambiente em que elas pudessem lidar com essa situação de uma maneira colaborativa, de uma maneira não conflituosa e que houvesse uma solução que fosse ao mesmo tempo célere, justa e responsiva de todas as instituições, da câmara de conciliação, se o clube estivesse disposto, o próprio Flamengo.

O que aconteceu, por outro lado, foi que apresentamos a proposta, falamos dos princípios, tratamento isonômico, transparência, critérios objetivos para definição das indenizações, acolhimento das vítimas, um ambiente colaborativo, respeito à autonomia da vontade, ou seja, só participaria aquele que quisesse, a presença das autoridades públicas para garantir que haveria equilíbrio de poderes, equilíbrio de informações, equilíbrio no tratamento desses casos, e tudo referenciao pelos padrões da jurisprudência, sabendo que esse é um caso muito complexo no sentido da dor das famílias e da gravidade dos fatos. O objetivo, então, era fazer um programa de indenização, um PI, como já houve o PI447 da Air France, e tentar chegar a uma solução integral para todas as vítimas, não só as vítimas fatais, mas as vítimas sobreviventes. E diante também da presença do Ministério Público do Trabalho, inclusive trabalhar com a situação dos trabalhadores que foram lesados lá naquele episódio. Chegamos a iniciar as tratativas com os representantes do clube, apresentamos a questão, enfim, dos tipos de itens que deveriam ser trabalhados, danos morais, danos materiais. O Ministério Público do Trabalho trouxe uma contribuição nova, que foi a garantia de estabilidade de 24 meses para os jovens sobreviventes, para que eles pudessem se recuperar do trauma psicológico. E também acrescentamos um item de que ao final, celebrado esse episódio, celebrado esse programa de indenização, que o clube poderia e deveria fazer um pedido de desculpas público para dar uma satisfação e para dar um acolhimento à dor dessas famílias. Também havia um item relativo a uma homenagem à memória das vítimas e algo que fosse também tratar dessa questão de, enfim, lidar com o apoio, com o cuidado, com a valorização de cada uma das pessoas que passou por essa tragédia. Enfim, infelizmente, no dia 19 de fevereiro, nós tivemos a informação de que o clube não tinha mais interesse em participar dessas negociações; e o clube alegou que preferiria buscar soluções individualizadas com cada uma das famílias fora desse modelo estruturado de negociação que tinha sido planejado para tratar com esse episódio. E a partir dessa informação e a partir de situações que não consideramos satisfatórias para esse caso, as entidades Ministério Público do Trabalho, Ministério Público Estadual e Defensoria Pública resolveram, então, ingressar com ações coletivas. É importante deixar claro que essas ações coletivas não substituem as ações individuais. Existem processos coletivos que são como veículos coletivos numa via processual, como se fosse equivalente a um ônibus em comparação a um carro, então, é possível que as famílias ingressem com suas ações individuais e que os órgãos tenham as suas ações coletivas.

Então, é importante apresentar isso para deixar claro que nós, desde o início, estávamos atentos a essa questão, estávamos atentos à melhor maneira de lidar com o sofrimento dessas famílias

com relação a criar uma alternativa extrajudicial que permitisse uma solução adequada para essa questão de uma maneira ampla. Diante dessa situação, nós acabamos, então, ajuizando essas ações coletivas. Temos mantido diálogo. O Ministério Público do Trabalho tem uma ação na Justiça do Trabalho, e o Ministério Público Estadual e Defensoria Pública que têm ação na Justiça Estadual em tramitação no Foro Regional da Barra da Tijuca. E essa é a explicação com relação às indenizações com relação à responsabilidade civil.

Com relação à responsabilidade criminal, não sou eu que atuo nesse caso especificamente, é outro representante do Gaedest, do grupo ao qual eu faço parte. O inquérito foi encaminhado pela primeira vez ao Ministério Público em junho do ano passado; e foi feita uma devolução com o pedido de oitiva de cinco testemunhas, e documentos pendentes. O inquérito retornou e em dezembro novamente se considerou que ainda faltava oitiva de testemunha e alguns documentos; e o inquérito retornou ao Ministério Público essa semana e os promotores responsáveis pelo caso no âmbito criminal irão avaliar, então, analisar o inquérito e avaliar se há hipótese já de oferecimento da denúncia.

A SRA. RENATA SOUZA - Sr. presidente, se me permite, só para a gente não perder o fio que a doutora do Ministério Público do Trabalho veio trazendo. Ela nos disse que falta uma regulamentação que possa caracterizar o que seriam essas habitações. Parece-me que nós, enquanto deputados, poderíamos fazer o esforço coletivo de pensar uma regulamentação junto com o Ministério Público do Trabalho para que a gente possa apresentar um projeto de lei; além dos deputados da CPI eu disponibilizo o meu nome para a gente assinar juntos. Mas fazer esse esforço também para que possamos regular todos os outros clubes. A gente não quer que isso aconteça com quaisquer clubes. A gente quer que esses jovens estejam vivos e que todo o processo de prevenção a uma tragédia, a uma barbaridade como essa possa ser articulado.

Então, em termos de legislação, vocês podem contar conosco nesse sentido.

A SRA. DANIELE - Esclarecendo que essa situação de adolescentes vivendo longe dos pais é excepcional, e por isso não foi contemplada no ECA. Porque a lógica é o filho adolescente vive sob a guarda de seus pais na residência familiar. Agora, a gente não pode ignorar essa realidade, que existe e está no limbo. A gente aplica a legislação trabalhista, mas é necessário aplicar também a legislação protetiva de crianças e adolescentes. Existem, a partir do incêndio do Flamengo, iniciativas legislativas no Congresso Nacional destinadas a isso. E seria uma maneira de essa tragédia toda não ser em vão; que renda, gere frutos no sentido de proteger os que ainda virão, já que os filhos de vocês infelizmente não foram devidamente protegidos. Mas eu acho que seria interessante também, a par dessa iniciativa federal que no Rio de Janeiro, ao menos, tivéssemos essa proteção. Talvez seja mais fácil conseguir por aí. O Ministério Público do Trabalho e Ministério Público do Estado estão à disposição para essas tratativas.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - A gente, de antemão, já se coloca a criar um grupo de trabalho para fazer um PL não só com a deputada, mas também convida a Comissão de Direitos Humanos, para que a gente consiga fazer isso com serenidade, também de forma bem técnica, fruto da comissão e também da deputada, para que a gente consiga não passar mais isso.

Eu ia fazer uma pergunta para o dr. Pedro, mas como o horário já está se estendendo, eu fiquei convencido com diversas informações que o senhor deu, inclusive que o Flamengo iniciou uma tratativa com o Ministério Público para fazer um acordo com todos e um acordo de grande porte, e depois acabou preferindo fazer de forma individual com cada família.

Eu queria passar a palavra para o sr. Reinaldo Belotti. Primeiro, agradecer a sua presença, iniciar ouvindo o Flamengo, como o Flamengo está tratando essa situação junto às famílias. A gente ouviu aqui as advogadas, aliás, duas advogadas de duas vítimas fatais e um advogado de uma vítima que está hoje, como ele bem disse, morto-vivo diante da situação dele, dizendo que a situação junto ao Flamengo é muito ruim na negociação; as outras nem negociação conseguiram ter. E, também, pedir que o senhor pudesse responder. Uma mãe aqui do nosso... Wedson e Sarah, pais do Pablo, se poderiam amanhã, no dia da sua, completando um ano, ir ao Ninho do Urubu fazer as suas orações, enfim, as suas preces. O advogado falou que deveria consultar o Flamengo, diante de ser um local de treinamento. Mas acredito que a dor da família seja até maior do que isso.

Então, por favor, o senhor tenha a palavra. Obrigado.

(Fala fora do microfone)
O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não.
A SRA. PAULA WOLF - É só uma ressalva, para a gente deixar claro, uma coisa para ficar muito bem clara principalmente para a sociedade, da forma como é colocada essa negativa das famílias que não fizeram acordo. Todas as famílias, cem por cento das famílias aceitaram a proposta do Ministério Público e da Defensoria Pública, cem por cento. Quem não aceitou foi o Flamengo.

Então, isso é importante ser dito porque essas propostas partiram do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro e não dos advogados. E eles colocam como se nós advogados como sendo entraves a chegarmos a um acordo, quando na verdade quem não aceitou o acordo proposto foi realmente o Flamengo.

Era isso o que eu queria ressaltar. Obrigada.
O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Com a palavra o dr. Reinaldo Belotti.

O SR. REINALDO BELOTTI - Boa-tarde a todos. Eu vou responder a todas as suas perguntas, mas gostaria de fazer só um pequeno histórico aqui. Eu não quero, longe de mim, fazer juízo de valor, até porque nós vimos aqui pessoas de extrema competência analisando o que aconteceu. Mas, só fazendo um histórico, o Flamengo de fato tinha aquele alojamento com seis quartos, 26 garotos naquele dia, naquele fatídico dia lá; não tinha sistema de incêndio, não tinha sistema de detecção de fogo, mas não é que não devia ter, não era obrigatório ter. O Flamengo não estava ali indo de encontro a nenhuma regra, a nenhum procedimento, a nada que existisse. Agora, é bom frisar também o seguinte: não era simplesmente um alojamento onde os adolescentes estavam dormindo. O Flamengo tinha, por procedimento, naquela área ampla que se chamou de convívio, ali tinha uma poltrona, uma televisão, um lugar de tomar água, onde um monitor ficava durante todo o período que os adolescentes estivessem dormindo. Ou seja, apesar de não ter a proteção de fogo, mas tinha alguém, pelo menos por procedimento, para cuidar dessas crianças. O Flamengo estava convencido de que ele tinha ali a guarda das crianças e tomou todas as providências para que isso fosse preservado até o último momento. Mais uma coisa que eu queria deixar bem clara, é o seguinte: no dia 6 de fevereiro de 2019 aconteceu no Rio de Janeiro, eu não sou carioca, não nasci aqui, mas de todos os vendavais, de todas as tempestades que aconteceram no Rio, parece que se não foi a maior foi uma das maiores. Eu passei o dia 7 de fevereiro junto com o nosso pessoal praticamente reconstruindo a Gávea, que é um lugar bastante abrigado. O que aconteceu no Ninho? Nós tivemos vários, e não foi um nem outro não, relatos de quedas de energia uma atrás da outra. Aquele contêiner que estava lá, ele já estava lá há algum tempo. Ele se mostrava adequado para aquela situação de normalidade. Ele não suportou todas as sucessivas quedas de energia que aconteceram naquele período. E o que aconteceu no contêiner, em muito menores proporções, aconteceu também em outros lugares, outros ares condicionados também pegaram fogo, inclusive em hotéis da região. Nós temos relato, eu não sei qual é, de um estúdio de televisão que fica nas redondezas, mostrando que toda hora caía a energia. Nós vimos durante o nosso trajeto, naquele fatídico dia, árvores caídas em cima de linhas de energia. Os nossos geradores foram acionados. Em suma, tudo isso aconteceu. A verdade é que durante a fase do inquérito nós pedimos reiteradamente informações à concessionária de energia elétrica e não conseguimos obtê-las. Então, até porque não competia a nós do Flamengo fazer esse tipo de análise, nós deixamos isso de lado. Mas não sem alertar a todos de que era uma possibilidade. Volto a insistir, era o mesmo mantenedor dos ares condicionados que estava lá desde o começo, eram os mesmos ares condicionados que estavam instalados lá desde o começo, era o mesmo contêiner.

Outro fato que aconteceu, foi o seguinte. Naquele dia, especificamente naquele dia, aqueles garotos tinham sido convidados para fazerem um teste do VAR no Maracanã, então, eles estavam extremamente eufóricos com esse negócio. E temos relato de que eles ficaram com os familiares até tarde trocando mensagem. É provável, e isso daí volta a insistir, não é juízo de valor, é provável que naquele momento eles estivesm no auge do sono pelo fato de terem ido dormir mais tarde. E, comprovadamente pelos inquéritos, também não é juízo de valor, o monitor não estava lá.

Bem, feitas essas considerações iniciais, eu entendo perfeitamente, isso está claro para todo mundo, a dor das famílias. Isso é também doloroso para o Flamengo como instituição. E é especialmente doloroso para um conjunto grande de empregados do Flamengo que conviviam com aquelas crianças. Nós tínhamos um diretor de futebol de base que era como se fosse um segundo pai daqueles meninos. A turma do Flamengo ficou extremamente comovida com tudo o que aconteceu. O Flamengo, desde então, volto a insistir, nós podemos ver algum tipo de exceção no que eu vou falar, porque existe. Quando você faz um procedimento para cuidar de um acidente de tão largas proporções, pontualmente você pode falhar. Mas nós entendemos, nós pretendemos naquele momento, usando os melhores especialistas que nós tínhamos no clube e fora do clube, nós pretendíamos naquele momento fazer um amplo programa de acolhimento aos familiares, e de resolver o problema o mais rápido possível dentro de uma dinâmica que nós entendíamos como razoável. Nós trouxemos todas as famílias que quiseram vir para cá, alojamos todas as famílias que quiseram, prestamos todos as ajudas psicológicas, financeiras, etc., naquele primeiro momento. Depois disso, nós tivemos três categorias, as fatais, e eu vou falar em seguida; três jovens que se acidentaram e tiveram que ficar sob cuidados médicos, desses, dois já estão totalmente liberados; e um, o Jonas, ainda está sob supervisão médica e supervisão do Flamengo, mas recebendo toda e qualquer ajuda que ele precisa, toda e qualquer, nós não medimos qualquer tipo de esforço. Os outros dez que estavam lá e que... Deixa eu fazer conta, os outros 13 que estavam lá e que não sofreram nenhum tipo de problemas físicos, nós fizemos os acordos com as famílias e já foi resolvido. Continuamos prestando, sempre que solicitado ou sempre que verificada pelos nossos psicólogos essa necessidade, continuamos prestando assistência a esse pessoal.

Por fim, e mais importante, as dez vítimas fatais. O que o Flamengo pretendia naquele momento e continua pretendendo até hoje, é resolver isso da maneira mais rápida possível. Mas esse é um tema extremamente delicado porque se diz, e com justiça, que não o dinheiro não vai pagar a vida dessas crianças, não vai. Nem o dinheiro que o Flamengo está oferecendo, nem o dinheiro que o Ministério Público sugeriu, nem o dinheiro que os familiares estão pedindo. Nenhum desses vai. Mas nós estamos entendendo que existe uma possibilidade de fazer um acordo onde as famílias fiquem razoavelmente assistidas. E nós conseguimos fazer isso com três famílias, temos acompanhado, eles estão bem assistidos. E com outra família que era composta por pais e mães separados e que nós acertamos com um deles, que também continua. As demais, infelizmente, nós não conseguimos. Mas, volto a insistir, o Flamengo está disposto a continuar insistindo em fazer isso o mais rápido possível.

(Falas fora do microfone)
O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Pois não.
(Falas fora do microfone)
O SR. WEDSON CÂNDIDO DE MATOS - Reinaldo seu nome?

O SR. REINALDO BELOTTI - Reinaldo.
O SR. WEDSON CÂNDIDO DE MATOS - Reinaldo, boa-tarde. O meu nome é Wedson, deixa eu te falar uma coisa. Nós viemos para essa CPI para nós falarmos a verdade. Tá? Igual você citou aí que o Flamengo está dando todo o apoio para a família. Eu fiquei sabendo que o meu filho morreu através da mídia. A mídia é que me falou que o meu filho tinha morrido. Sabe? Amanhã faz um ano e eu nunca recebi uma ligação, nem um bom-dia, nem um boa-tarde. Eu recebi uma uma cheia de cinzas, que eu não pude dar um abraço, eu não pude dar um beijo, eu não pude despedir do meu filho! Então, vamos falar a verdade. Não vamos constituir CPI com mentira não! Eu tenho um ano, vai fazer amanhã, que eu não sei o que é ter uma noite de sono! Um motorista que rodava 700, 800 quilômetros para receber um telefonema do filho. O Flamengo entregou o meu filho no caixão.

Então, vamos falar a verdade, vamos ser claros. Não vamos tampar o sol com a peneira não. É isso. Você falou que tinha criança que estava falando na internet onze horas. Você teve acesso? Sendo que os celulares tudo queimou no fogo, virou cinza. Qual o acesso que você teve, qual a garantia que você teve de que as crianças estavam conversando?

E outra coisa que eu falo para você. Tinha 26. Se o seu monitor estivesse lá, não tinham morrido os dez. Eles poderiam ter inalado fumaça.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Só para concluir, sr. Wedson, para a gente continuar ouvindo o sr. Belotti.

O SR. WEDSON CÂNDIDO DE MATOS - Pede a ele para falar a verdade. O Flamengo nunca prestou nada. Não está prestando.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - Ele está aqui como testemunha. Assim como ele, vale para todos. O juramento...

O SR. WEDSON CÂNDIDO DE MATOS - Não pode ser falso. Eu não posso dar um testemunho falso.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Knoploch) - A gente entende o senhor, mas a gente precisa prosseguir e precisa ouvir todos. Todos aqui estão sob o Artigo 342 do Código Penal, têm que falar a verdade. Caso o senhor Belotti e qualquer outro que não fale e seja aqui diagnosticada a inverdade, vai sofrer os procedimentos legais. Mas precisa garantir a palavra do sr. Belotti, que tem a posição dele. Aqui a gente não é um tribunal de inquisição. Não estamos aqui para ficar do lado nem de A nem de B. Estamos aqui para tentar buscar a melhor solução, buscar a verdade, e fazer o inquérito e o relatório dessa comissão de forma transparente, de forma clara, e de preferência que leve os autores, não só no caso do Ninho do Urubu, mas tantos outros que aconteceram.

Eu vou passar novamente a palavra para o dr. Reinaldo. A pergunta que nós fizemos anteriormente. Os pais pediram para amanhã irem ao Ninho do Urubu para fazerem uma oração, enfim, fazerem o ritual religioso que eles acharem necessário; e o advogado disse que não poderia dar essa autorização sem conversar com a gestão do clube. O senhor, como CEO, o senhor poderia responder se eles estão autorizados, ou não, a irem amanhã?

O SR. REINALDO BELOTTI - Posso, sim. Agora, antes, eu queria... Esse relato de que os garotos ficaram falando com os familiares, eu não ouvi pessoalmente, mas os funcionários do Flamengo ouviram isso dos sobreviventes.

O SR. RODRIGO AMORIM - Mas qual a relação lógica disso?

O SR. REINALDO BELOTTI - Não, é porque foram dormir tarde.

O SR. RODRIGO AMORIM - O que muda a história? Ficar falando se estava dormindo, se estava fazendo outra coisa, ou lendo. No que muda, para o caso específico?

O SR. REINALDO BELOTTI - Absolutamente nada. Só que, se isso é verdade, no momento do incêndio eles estavam num sono mais profundo.

O SR. RODRIGO AMORIM - E a questão do monitor que estava ausente? Relação nenhuma.

O SR. REINALDO BELOTTI - Só estou relatando. Nada, absolutamente nada.

A SRA. RENATA SOUZA - Se me permite, por favor. Primeiro, o fato de eles estarem no celular ou estarem um sono profundo não pode ser justificativa para dizer que eles não tiveram agilidade necessária para correr. Porque antes disso tem uma situação de segurança para esses jovens, ali, concretamente. A situação de segurança. E o senhor mesmo nos relatou aqui que não tinha sistema de incêndio, que não tinha sistema de detecção de fogo. Ou seja, se esses jovens estavam em seu sono mais profundo. E nós sabemos que um treinamento de um jovem, ele não é superficial, um jovem que